

CORPO-RUPTURA, AUTOETNOGRAFIA E DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA NAS VIVÊNCIAS DE UMA SUJEITA TRANS-TRAVESTI NA ACADEMIA¹

BODY-RUPTURE, AUTOETHNOGRAPHY, AND EPISTEMIC DISOBEDIENCE IN THE EXPERIENCES OF A TRANS-TRAVESTI SUBJECT IN ACADEMIA

Dandara Camélia da Silva Domingues²

Edna Maria Severino Peters Kahhale³

Resumo: Por meio de uma autoetnografia conduzida pela primeira autora, este artigo investiga como a cisgenderidade opera como estrutura normativa que perpetua violências cisgêneras nas trajetórias acadêmicas de pessoas trans-travestis. Ancorado no transfeminismo e na desobediência epistêmica, articula vivências pessoais à crítica de hierarquias de saber, promovendo pluralidade e insurgência epistemológica. Entre os resultados destacam-se a desnaturalização das violências cisgêneras, nomeadas “cislenciamento”, e a proposição de uma epistemologia insurgente que utiliza a autoetnografia como ferramenta de transformação política, desafiando estruturas excludentes e reafirmando a importância de epistemologias transfeministas e decoloniais na produção de conhecimento acadêmico e social.

Palavras-chave: Pessoas Transgênero; Estudos de gênero; Cisnormatividade.

Abstract: This article, through an autoethnography conducted by the first author, investigates how cisnormativity operates as a normative structure that perpetuates cisgender violence in the academic trajectories of trans-travesti individuals. Anchored in transfeminism and epistemic disobedience, it connects personal experiences to a critique of knowledge hierarchies, fostering plurality and epistemological insurgency. Among the findings, the study highlights the denaturalization of cisgender violence, referred to as “cis-silencing,” and the proposition of an insurgent epistemology that employs autoethnography as a tool for political transformation, challenging exclusionary structures and reaffirming the significance of transfeminist and decolonial epistemologies in academic and social knowledge production.

Keywords: Transgender People; Gender studies; Cisnormativity.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 A primeira autora expressa sua gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro que possibilitou sua pesquisa de mestrado no campo dos Saberes Trans e Estudos de Gênero, culminando na produção deste artigo.

2 Doutoranda em Psicologia Clínica - Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PPGPsi - PUC/SP); Pesquisadora no Laboratório de Estudos em Saúde e Sexualidade (LESSEX), do PPGPsi da PUC/SP. Email: psidandaradomingues@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0038-609X>.

3 Doutora em Psicologia (Psicologia Experimental) - Universidade de São Paulo (IP/USP); Docente e Coordenadora do Laboratório de Estudos em Saúde e Sexualidade (LESSEX) - Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC/SP. Email: ednakahhale@pucsp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8711-2931>.

Minha corpa não quer ser manejada. Minha corpa pede pra ser ouvida, sentida, mapeada na sua infinidade de caminhos, caminhos onde não existe resposta certa (CABRAL, 2021, p. 3).

Introdução

Início esta discussão na tentativa de transpologizar, ao redor da minha pele, meu(s) território(s): como sujeita trans-travesti⁴ que se defronta com os lugares de autora, pesquisadora e, de igual modo, pesquisada. Essa escolha fundamenta-se na transpologia de Renata Carvalho (2019), que defende que os saberes trans-travestis não devem mais ser sussurrados, mas se tornarem públicos e exaustivamente debatidos.

As narrativas encontradas em diversos textos sobre nossas corpos frequentemente as caricaturizam, subjugando nossas transfeminilidades de forma constante. A corpa trans-travesti, talvez a única atacada cotidianamente em variados setores, como segmentos religiosos, a mídia, a academia, o Judiciário, a medicina e as artes, permanece alvo de uma violência estrutural que raramente é contestada. Diante dessa violência, qualquer ato desferido contra nós parece ser possível, sem que haja grande reação. É como se houvesse uma vergonha social em relação às nossas existências, afinal, “[...] pode bater, expulsar de casa e até matar” (Carvalho, 2019, p. 214).

Concordo, portanto, com as reflexões de Carvalho (2019), que evidenciam o quanto estamos cansadas de aceitar o que dizem sobre nós. Quais fontes e estudos têm sido utilizados para construir histórias degenerativas sobre nossas corpos? Já não nos cabe mais esse lugar submisso! Refletir a partir da proposta de uma autoetnografia trans, enquanto transpologia da escrita, implica na mobilização de todas as bases e conjunturas de saberes sobre os corpos e corpos trans-travestis, articulando suas dimensões individuais e coletivas. O objetivo é questionar a universalidade do conhecimento cisgênero, sustentado por pactos narcísicos e enunciados advindos de lugares de poder (Pfeil; Pfeil, 2021; Iazzetti, 2021).

Assim, ao explorar minha autobiografia e as múltiplas camadas da identidade trans-travesti, busco articular a subjetividade a uma análise crítica, desafiando paradigmas dominantes e vislumbrando a construção de um estudo autoetnográfico. Muitas vezes, nossa presença acadêmica é

4 Com base em Iazzetti e Mascarenhas (2024), o termo “trans/travesti” será adotado neste artigo com o objetivo de evitar o apagamento da identidade “travesti” no contexto latino-americano, onde frequentemente é subsumida pelo termo guarda-chuva “trans”. Embora “travesti” seja reconhecido como parte do espectro “trans”, essa escolha busca enfatizar e preservar sua especificidade histórica, cultural e política.

reduzida a um “relato de vida”, uma “cota da diversidade” ou uma “história triste”, recurso este que visa humanizar, de forma condescendente, o olhar cisgênero. Sobre isso, caminho com as reflexões de Bueno e Benedito (2024), que apontam como somos sufocadas pela misoginia e pela transfobia. Essas forças atravessam nossas corpos, silenciam nossas vozes e relegam nossos trabalhos à margem, como se fossem menos dignos de valor acadêmico.

Nesse contexto, este artigo acolhe e analisa as minhas vivências enquanto primeira autora, uma mulher trans-travesti, com a violência cisgênera, em diálogo com minha orientadora de doutorado, uma mulher cisgênera que desafia as normas acadêmicas ao incorporar os estudos de gênero e sexualidade⁵. Essa parceria promove uma reflexão crítica e interseccional, valorizando minhas experiências como ponto de partida para questionar estruturas opressoras e propor novas formas de compreender e enfrentar as dinâmicas de exclusão na academia e na sociedade.

Logo, lanço mão de uma categoria essencial para a discussão deste estudo: o da violência cisgênera, como forma de explicitar as dificuldades, silenciamentos e tentativas de expulsão enfrentadas por pessoas trans-travestis dentro da academia⁶. A partir das contribuições de intelectuais do campo dos Saberes Trans, como Simakawa (2015), Pfeil (2024) e Pfeil e Pfeil (2022, 2024a, 2024b), compreendo que a cisgeneridade – produtora da cislorma – engendra o que Bueno e Benedito (2024) definem como “cislenciamentos”. Esses “cislenciamentos” operam como uma autoridade institucional que naturaliza sua normatividade universal e silencia corpos trans-travestis, excluindo-as de espaços de conhecimento, escuta e poder. Dessa forma, suas práticas também podem ser compreendidas sob outras nomenclaturas, como transfobia e cissexismo.

O ato de nomear a cisgeneridade neste artigo visa expô-la, desnaturalizá-la e localizá-la, reconhecendo, contudo, que essa tentativa enfrenta o que Pfeil e Pfeil (2022, p. 1) denominam de “ofensa da nomeação”. Nomear a cisgeneridade significa confrontar o perigo de retirá-la do lugar de universalidade, onde se posiciona como matriz interpretativa de corpos e corpos que considera desviantes.

Nesse sentido, o termo “violência cisgênera” é empregado para demarcar os desdobramentos dessa política identitária, sustentada pelos pactos

5 Agradeço imensamente à segunda autora deste artigo, cuja orientação cuidadosa, contribuições teóricas e reflexões brilhantes, fundamentadas em suas posturas feministas e ampla experiência no campo dos estudos de gênero, foram indispensáveis para enriquecer as discussões aqui apresentadas.

6 Agradeço a todas as pessoas trans-travestis que trilham caminhos antes deste trabalho, abrindo portas e pavimentando espaços para que outras(os/es) pudessem refletir, teorizar e desafiar a academia e seus pactos narcísicos da cisgeneridade.

narcísicos cisgêneros, na trajetória de corpos e corpos trans. Em sua análise sobre a violência cisgênera e suas hierarquias, Raíssa Éris Grimm (2016) discorre sobre a existência de um regime identitário que se posiciona como natural, óbvio e sagrado. Esse regime exerce uma hierarquia corporal, na qual o corpo cisgênero é entendido como “original”, e os corpos e corpos que se desviam são forçados(as) a se espelhar nesse modelo para serem considerados(as) legítimos(as).

Além disso, o regime impõe uma hierarquia epistêmica, na medida em que a cisgeneridade se estabelece como detentora de verdades absolutas sobre corpos(os) e gêneros. De acordo com Grimm (2016), pessoas trans-travestis são frequentemente privadas do poder estrutural necessário para pensar e teorizar sobre a cisgeneridade; esta, em contrapartida, detém o poder de nomear, definir e estabelecer verdades sobre pessoas trans-travestis.

Essa dinâmica revela porque, muitas vezes, pessoas cis (ou cisgêneras, entendidas como aquelas que não se identificam como trans-travestis) demonstram resistência em se autodenominar como tal, pois, ao fazê-lo, admitiriam que ocupam uma posição construída socialmente, e não o lugar de “natureza” ou “produto original” da humanidade. As ciências e os sistemas teóricos, amplamente cisonormativos, reforçam essa resistência ao interpretar as vivências trans-travestis de maneira homogênea e estreita, sem considerar outras possibilidades identitárias ou epistemológicas. Assim, esses sistemas teóricos permanecem resistentes à tarefa de pensar e interpretar as experiências das pessoas trans-travestis de forma legítima e plural (Grimm, 2016).

Isto posto, subvertendo a “norma”, escolho escrever em primeira pessoa, assumindo uma postura teórica e política ao ocupar minha autobiografia nesta autoetnografia. Logo, proponho sistematizar relatos da minha trajetória acadêmica que expõem contextos de violência cisgênera em diversas formas. Tais violências, sejam explícitas, simbólicas ou manifestadas como tentativas de expulsão do meu corpo trans-travesti da academia, constituem o cerne da reflexão ora apresentada. Esses momentos funcionam como pontos focais que, gradativamente, se conectam a outras experiências, formando um panorama mais amplo.

Nesse sentido, a autoetnografia assume um papel central, operando como um elemento essencial em estudos que envolvem grupos sociais dos quais faço parte. Esse método promove não somente uma reflexão teórica, mas uma transformação política e epistemológica, alinhada aos pressupostos decoloniais; ademais, permite que pessoas antes vistas como objetos de estudo ocupem o lugar de produtoras de conhecimento, desafiando os

discursos científicos que se afirmam neutros, mas que, na prática, impõem um distanciamento entre pesquisador(a) e o universo pesquisado (Simakawa, 2015; Maia; Batista, 2020).

Segundo Santos e França (2023), a autoetnografia fundamenta-se em narrativas pessoais, adotando, contudo, uma perspectiva etnográfica. Trata-se de uma abordagem de pesquisa e escrita que visa descrever e analisar, de forma sistemática, a experiência individual, com o intuito de compreender a experiência cultural subjacente (Ellis; Adams; Bochner, 2011). Por essa razão, a autoetnografia se configura como um método de pesquisa que ultrapassa a mera descrição, promovendo um processo de educação e permitindo que as pessoas participantes compreendam o significado das suas lutas e experiências (Méndez, 2013).

Neste estudo, o lugar da autoetnografia se revelou por meio do processo de revisão da literatura, trazendo à tona reflexões e interlocuções relacionadas a questões trans-travestis que, inevitavelmente, me atravessam. A partir dessa premissa, este trabalho busca questionar e reimaginar os paradigmas estabelecidos, promovendo um espaço onde outras vozes possam emergir.

Entretanto, como pesquisadora trans-travesti, tenho buscado lançar mão de alguns cuidados ao eleger a autoetnografia como método, reconhecendo que as histórias de vida trans-travestis não se cristalizam em uma única narrativa (lazzetti, 2021; Carvalho; lazzetti; Mascarenhas, 2024). Reconheço o risco de difundir somente uma história, especialmente porque cresci imersa em narrativas oriundas de geografias imperialistas e colonialistas dominantes, que celebram corpos, tons de pele e identidades de gênero pré-definidas, homogeneizadas e demarcadas por regimes políticos hegemônicos e pactos narcísicos (Grimm, 2016; Bento, 2019; Pfeil; Pfeil, 2021).

Esse cenário reforça, para mim, a centralidade da posicionalidade, como destaca lazzetti (2021). Inspirada por essa autora e pela potência de suas reflexões teóricas, compreendo que ser uma sujeita trans-travesti “não diz muito em si mesmo” (lazzetti, 2021, p. 186). Assim como ela, por muitas vezes, fui a “única” e/ou a “primeira” pessoa trans em quase todos os espaços acadêmicos que frequentei. A partir das reflexões de lazzetti (2021) e de Cavalcanti e Sander (2019), entendo que minha história está localizada no meu corpo e em minha posicionalidade.

Reconheço que não estou isenta de me posicionar nem de assumir a responsabilidade pelo que produzo, especialmente diante do peso da autoria e dos recortes que, inevitavelmente, realizei: na elaboração dos diários reflexivos, nos quais, incansavelmente, refleti sobre momentos de vida; no exercício de exame da memória como produto do campo; na seleção de

trechos de fala; na formulação e condução das perguntas; na maneira como me situo no campo, entre outros aspectos.

Caminhando com Oliveira (2022), percebo que escrever um texto que atravessa minha história de vida foi uma jornada repleta de desafios, marcada por muitos babados, barulhos e cortes de navalha. Mesmo sabendo que meu corpo não é considerado passível de luto ou comoção pública – e, portanto, não suscita grandes reivindicações ou revoltas frente à facilidade com que pode ser interrompido e considerado não “vivível” (Butler, 2019) –, reconheço que minha identidade pode funcionar como elemento de aproximação e identificação com outras corpos. Contudo, compreendo que as experiências trans-travestis são múltiplas e não homogêneas.

Por isso, essa ênfase na posicionalidade reforça a sensibilidade e a responsabilidade necessárias ao acolher experiências entrelaçadas, evidenciando as particularidades de cada contexto. Concorro com a assertiva de lazzetti (2021, p. 185), quando afirma que, ao adotar a autoetnografia, “[...] tais relatos e etnografias não têm um sentido representativo, mas articulatório”. Trata-se, essencialmente, de articular minha vivência pessoal com a trajetória coletiva, sem tutelar ou homogeneizar as experiências compartilhadas.

Assim, ao adotar a autoetnografia e falar em primeira pessoa, não afirmo representar todo um coletivo complexo e contraditório: utilizo, sim, meu lugar de enunciação e a escrita autobiográfica para falar. Não falo por esse coletivo a partir de meras suposições, mas reconhecendo que também faço parte dele em sua “pluriversidade” (Simakawa, 2015; Carvalho; lazzetti; Mascarenhas, 2024).

Para justificar minha escolha metodológica e teórica, recorro a duas autoras fundamentais. A primeira é Grada Kilomba (2019), que ao discorrer sobre os saberes marginais, afirma que nossas vivências não são apenas histórias individuais, privadas ou pessoais, mas histórias de violência e dor, portanto, precisam ser teorizadas. Nesse diálogo, destaco Viviane Vergueiro Simakawa (2015), a segunda autora que, em seu trabalho autoetnográfico, propõe uma autoetnografia trans como ferramenta para fundamentar e caracterizar as categorias analíticas de cisgeneridade e cisnormatividade, oferecendo uma base teórica robusta para pensar as dinâmicas de exclusão e marginalização de corpos e corpos dissidentes.

Por conseguinte, ao me lançar na escrita deste estudo, transgriro. Infiltrada na academia, assumo uma postura de desobediência epistêmica, priorizando as vozes de sujeitas(os) intelectuais, interlocutoras(es) “degeneradas[os], descontínuas[os], destrambelhadas[os], desaplaudidas[os]”

(FAVERO, 2022, p. 48) para a discussão. Me alinho, assim, às pesquisas decoloniais, *queer*, interseccionais e às contribuições de intelectuais negras e transfeministas, propondo inflexões críticas que revisem e desafiem as bases do conhecimento acadêmico e suas narrativas dominantes (Simakawa, 2015; Santos, 2018; Akotirene, 2019; Oliveira, 2022).

Para dar suporte teórico às reflexões autoetnográficas deste ensaio, escolho o circuito transfeminista como *locus* de análise. Caminho, portanto, com as distintas contribuições de autores e autoras do campo dos Saberes Trans, como Jaqueline Gomes de Jesus (2014), Hailey Kaas (2015), Beatriz Pagliarini Bagagli (2018), Brume Dezembro Iazzetti (2022), Bruno Latini Pfeil e Cello Latini Pfeil (2022, 2023, 2024), além de Júlia Bueno e Piero Benedito (2024). Priorizando as produções intelectuais de corpos e corpos trans-travestis, procuro construir uma epistemologia insurgente, que rejeita a universalização e as normas acadêmicas tradicionais, frequentemente estruturadas na defesa da cisgeneridade.

Por fim, apresento o problema de pesquisa que norteia este artigo: Como a cisgeneridade, enquanto norma estrutural e epistemológica, perpetua violências cisgêneras nas trajetórias acadêmicas de pessoas trans-travestis? A relevância deste estudo reside na urgência de construir uma ciência que acolha e legitime saberes historicamente marginalizados, especialmente no contexto acadêmico, no qual narrativas trans-travestis ainda enfrentam invisibilização, distanciamento e exclusão (Simakawa, 2015; Bueno; Benedito, 2024).

Diante dessa necessidade, o objetivo deste ensaio é analisar como a cisgeneridade, enquanto estrutura normativa, fabrica violências cisgêneras nas trajetórias acadêmicas de pessoas trans-travestis, empregando a autoetnografia e o transfeminismo como práticas de desobediência epistêmica.

1. Metodologia

Este estudo fundamenta-se na autoetnografia, um método qualitativo que conecta o pessoal ao cultural, político e social, permitindo que a subjetividade da pessoa pesquisadora seja central na análise (Méndez, 2013). Segundo Simakawa (2015), no contexto trans-travesti, a autoetnografia trans é uma prática de insurgência epistemológica que desafia a neutralidade científica e permite que experiências pessoais revelem as estruturas de poder que marginalizam corpos dissidentes.

A autoetnografia está estruturada a partir dos mapeamentos de vivências organizadas em torno de experiências vividas e interligadas durante minha trajetória acadêmica, nas graduações em Psicologia e em Ciências Sociais, e no Mestrado em Ciências do Envelhecimento. Em um primeiro momento, refleti profundamente sobre os desafios, medos e resistências enfrentados quando ocupei espaços acadêmicos predominantemente cisnormativos. Esse processo inclui o confronto com a transfobia, o sentimento de não pertencimento e a análise de como essas vivências moldaram minha trajetória como pesquisadora. Além disso, a análise buscou conectar essas experiências a padrões mais amplos de exclusão e resistência.

Em síntese, minhas reflexões individuais estão conectadas ao contexto cultural e social mais amplo em que essas vivências estão inseridas. Reconheço, portanto, que minha trajetória reflete as barreiras impostas por um sistema cisheteronormativo, que limita o acesso de corpos e corpos trans-travestis à produção e validação do conhecimento. Ao relacionar minhas experiências com valores cisnormativos sustentados pela academia, proponho uma crítica às estruturas de saber que marginalizam identidades dissidentes. Assim, a autoetnografia torna-se uma ferramenta de resistência, desestabilizando narrativas dominantes e promovendo epistemologias transgressoras e insurgentes (Méndez, 2013).

2. Entre “cislenciamentos” e corpo-rupturas

No primeiro contexto de violência cisgênera que escolhi abordar, volto à experiência em uma disciplina eletiva sobre imagem corporal, ministrada por docentes brancos(as) e cisgêneros(as) (com formações interdisciplinares no campo da saúde) do Programa de Pós-Graduação (PPG), onde cursei o mestrado. Ingressei nessa disciplina com um misto de entusiasmo e expectativa, acreditando que seria uma oportunidade valiosa para entender as complexas relações e as imagens negativas que muitas pessoas trans-travestis desenvolvem em relação aos próprios corpos, reflexos das expectativas ciscoloniais que nos são impostas (Bello *et al.*, 2023).

Essa expectativa inicial, no entanto, rapidamente deu lugar à angústia tão logo quando percebi a ausência de diversidade no conteúdo programático. As discussões sobre “corpos outros” pareciam surgir apenas por iniciativa dos(as) estudantes LGBTQIA+ presentes, que traziam suas vivências e demandas para um currículo nitidamente cisnormativo e homogêneo.

Em uma aula específica, a docente apresentou uma imagem com corpos em diversos formatos e pediu que cada pessoa discente se identificasse

com um deles. Na primeira imagem, apareciam corpos “femininos”, ligados a partir de suas características anatômicas – útero, vagina, seios –, elementos que, na visão cisnormativa, determinam o “sexo” de uma pessoa (Simakawa, 2015). Na segunda imagem, corpos “masculinos” com pênis reafirmavam essa visão essencialista de que os corpos masculinos e femininos se resumem a tais características (Jesus, 2012).

Ao observar a primeira imagem, dos “corpos femininos”, senti um deslocamento imediato, um desconforto profundo. Eu não me via ali. A composição do meu corpo não cisgênero não se encaixava naquelas figuras de “mulheres” – cisgêneras – representadas na imagem. Ainda que eu tenha passado por transformações hormonais e cirúrgicas, minha identidade e meu corpo não cabiam naquela discussão.

Tentando acolher minha angústia, cogitei que, talvez, conseguisse me reconhecer na imagem seguinte, a dos corpos “masculinos”, delimitadamente cisgêneros. Mas essa tentativa também se revelou inútil. O dilema ficou claro: se a visão da docente sobre homens e mulheres estava restrita a atributos biológicos binários, como alguém como eu poderia encontrar um lugar ali? Em qual dessas imagens poderia um corpo e uma corpa não cisgênera se reconhecer? E as pessoas transmasculinas, homens trans ou qualquer outra diversidade de gênero que não se adequasse a tais normas? A exclusão se materializou, mais uma vez, em uma representação que pretendia ser universal, mas que não passava de uma reiteração das normas cisgêneras e heteronormativas (Pfeil; Pfeil, 2024b).

Essas experiências evidenciam como as expectativas cisnormativas moldam, de forma insidiosa, o currículo e as interações dentro da academia (Bento, 2017). Bagagli (2018) explica como as ideologias predominantes reforçam a cisnormatividade, transformando-a em um padrão que define o que é considerado legítimo, real ou legível. Para a autora, por exemplo, é comum que, ao falar de “homens”, a referência seja automaticamente a homens cisgêneros. De forma semelhante, as narrativas e discursos sobre “mulheres” geralmente se referem à mulher cisgênera como padrão de “mulher verdadeira”, enquanto as identidades trans-travestis são tratadas como “fabricadas” ou como “identidades sentidas”, mas não “biológicas”, com um peso de transgressão e, portanto, inelegível.

De acordo com Bagagli (2018), essa visão patologizante marginaliza as existências trans e limita o reconhecimento de nossa própria humanidade. Nesse sentido, não era apenas a disciplina que me excluía, mas o próprio sistema acadêmico, construído para reforçar essas exclusões estruturais (Simakawa, 2015; Pfeil; Pfeil, 2024b). Quando expressei minha preocupação com a falta

de diversidade no grupo de WhatsApp da disciplina, o outro docente – um homem cisgênero, branco e ostensivamente heterossexual – respondeu de forma furtiva, afirmando que “a diversidade já havia sido abordada de maneira significativa” e que minha insatisfação era “desnecessária”.

Refletindo sobre essa situação e sendo acolhida pelos trabalhos de intelectuais trans-travestis, levanto alguns pontos importantes. O primeiro baseia-se nas reflexões de Bueno e Benedito (2024, p. 25), que destacam como pessoas trans-travestis são atravessadas(os) pela transfobia e pelo “cislenciamento”, o que desperta a raiva. Contudo, ao gritarem, são “culpabilizadas, criminalizadas e re-violentadas”. Vale frisar que todas as violências cisgêneras por mim vivenciadas ocorreram em espaços onde todas as pessoas docentes eram brancas e cis. Ainda que essas violências não fossem intencionais, o esvaziamento das questões de gênero e diversidade cedia lugar ao “cislenciamento”, tornando-o natural.

Bueno e Benedito (2024) introduzem o termo “cislenciamentos” como uma combinação de “cis”, que se refere à cisgeneridade ou cisnorma, e “silenciamento”, descrito como um mecanismo que mantém as experiências trans e dissidentes de gênero fora dos espaços de poder e discussão. Essa categoria é fundamentada no trabalho de Simakawa (2015), que define a cisnorma como uma imposição social em que todas as pessoas são obrigadas a se identificar e viver de acordo com o gênero designado ao nascimento.

A partir dessa estrutura, a sociedade perpetua expectativas rígidas sobre gênero e sexualidade, invisibilizando e excluindo trans-travestilidades e pessoas que não se conformam às normas de gênero e/ou à binaridade compulsória. O “cislenciamento”, nesse contexto, não é apenas a ausência de discussões, mas uma prática sistemática que reforça a hegemonia cisnormativa, enquanto silencia as vozes e narrativas que poderiam desafiá-la. Assim, o ambiente acadêmico, que deveria ser um espaço de inclusão e transformação, torna-se também um palco de exclusão e apagamento (Simakawa, 2015; Bueno; Benedito, 2024).

Aprecio a expressão coloquial que Bueno e Benedito (2024) utilizam: quando a violência cisgênera leva pessoas trans-travestis a fazerem um “barraco”, tais agências sociais são imediatamente contidas(os) por suas forças, que são imensas e desproporcionais. Assim, a raiva desse grupo é reiteradamente vista como potencialmente destrutiva, mas na verdade, apenas reage aos “efeitos do ódio” que querem “exterminá-lo”. Seus gritos, em essência, clamam por mudança (Bueno; Benedito, 2024, p. 25).

Ademais, esses trechos autobiográficos nos remetem ao que Pfeil e Pfeil (2024a), intelectuais transmasculinos, descrevem como o “pacto narcísico da cisgeneridade” (p.1570) – um acordo implícito que opera na academia para preservar a hegemonia cisgênera e a ilusão de sua universalidade. Segundo os teóricos, a cisgeneridade se define tanto por sua centralidade quanto por sua resistência em reconhecer-se como tal, mantendo-se invisível enquanto silencia as experiências que desafiam sua normatividade.

Pfeil e Pfeil (2024a) argumentam que o pacto narcísico da cisgeneridade se organiza com outros marcadores de poder, como a branquitude, a heterossexualidade e a corponormatividade, formando uma rede de alianças que sustenta seu status hegemônico. Essa dinâmica se torna evidente quando analisamos o tipo de conhecimento que é legitimado e perpetuado nas instituições acadêmicas.

Ao nomearmos a cisgeneridade e confrontarmos sua pretensão de neutralidade, rompemos com a invisibilidade que lhe permite operar como norma incontestada. Esse gesto se traduz em uma afronta para essa estrutura, uma ameaça de desestabilização que incita resistência e ofensa. Como explicam Pfeil e Pfeil (2024b), tal nomeação desafia diretamente o pacto narcísico, ao expor a parcialidade de seus discursos e ao recusar sua imposição como universal.

Entretanto, após minhas manifestações, observei uma mudança sutil, mas significativa, em outra disciplina que cursei sobre biologia celular e molecular no envelhecimento. Nessa aula, a docente utilizou termos desobedientes, como “pessoas com pênis” e “pessoas com vulva”, ao invés de “homens” e “mulheres” de forma (cis)universal, evidenciando um esforço em não limitar seus saberes a corpos cisgêneros. Essa postura, ainda que tímida, sinalizou uma abertura maior ao acolhimento e inclusão, mostrando que questionar e desobedecer às estruturas pode promover reflexões e pequenas mudanças (Thiesen, 2008).

Uma colega de turma, presente em ambas as disciplinas, adotou uma postura de desobediência ao buscar, por iniciativa própria, pesquisas científicas sobre as experiências de corpos trans-travestis. Ela apresentou suas descobertas em seu seminário avaliativo, prática esta quase inédita entre as(os) colegas do PPG que não pertenciam à comunidade LGBTQIA+. Sua atitude evidenciou a importância de uma solidariedade que vai além das fronteiras da identidade, como uma mulher cisgênera e branca dedicando-se a compreender e dar visibilidade à diversidade corporal frequentemente ignorada pelos saberes cisnormativos do corpo docente.

Vale salientar que, inserido nesse programa de pós-graduação, há um grupo de estudos em gerontologia LGBTQIA+, liderado por duas docentes cisgêneras com posturas feministas e comprometidas com a diversidade, o que representa uma tentativa de ruptura e resistência à normatividade acadêmica. Esse grupo servia como um espaço para abordar questões ligadas à comunidade LGBTQIA+, mas sua presença isolada não preenchia as lacunas estruturais de inclusão.

Após manifestar minha insatisfação com a experiência na disciplina sobre imagem corporal e questionar a falta de diversidade de forma mais ampla no programa, a coordenação do PPG, reconhecendo a necessidade de fortalecer a diversidade institucional, propôs a criação de um comitê de diversidade, equidade e inclusão. Fui convidada a participar, ao lado das docentes do grupo de gerontologia LGBTQIA+, contudo, outra docente do PPG, também cisgênera, questionou a necessidade de tal comitê, argumentando que o grupo de estudos já cumpria essa função. Esse fato desmobilizou a proposta, impedindo seu avanço durante o período em que estive vinculada àquele programa de pós-graduação *stricto sensu*.

Tal experiência desnudou a sensação de isolamento que permeia minha trajetória acadêmica enquanto uma das poucas pessoas trans-travestis nesse espaço. No mestrado da instituição em questão, fui a primeira a chegar, mas essa “primeira vez” não era celebratória, pois trazia consigo um peso que eu já carregava desde outros momentos acadêmicos. Me lembro de quando iniciei o curso de Psicologia, sendo a primeira pessoa trans-travesti naquela instituição – e, até onde sei, uma das primeiras do meu Estado na época. Na graduação em Ciências Sociais, o cenário se repetiu: sempre a primeira, mas nunca em uma posição de conforto ou pertencimento. Onde estavam as outras?

Entrei no curso de Psicologia logo após a adolescência, quando comecei a expressar e afirmar meu gênero. Esse processo de autoafirmação gerou reações intensas: algumas situações de expulsão, tanto simbólicas quanto práticas, deixaram claro que meu corpo era visto como um corpo de exceção. Me lembro, em particular, das aulas de psicologia social, nas quais duas professoras cisgêneras que carregavam consigo uma postura feminista sensível ao tema, tentaram introduzir discussões sobre gênero e diversidade sexual, reconhecendo a relevância do campo para a psicologia.

Essas discussões, no entanto, provocaram respostas adversas de algumas(uns) colegas cisgêneras(os), especialmente das(os) que eram religiosas(os)/neopentecostais: umas(uns) deixaram a sala, enquanto outras(os) colocaram fones de ouvido, em uma clara tentativa de

“cislenciamento”. No curso de Psicologia, em meio à minha tentativa de me integrar, a coordenação começou a receber denúncias de discentes mulheres que não aceitavam minha presença nos mesmos banheiros que elas.

A pressão se intensificou ao ponto de me ver forçada a frequentar o banheiro masculino em horários estratégicos, evitando colisões. Entretanto, um dia, ao buscar o espaço imposto, fui confrontada por um homem cisgênero, outro discente da instituição, que exibiu seus órgãos genitais e me convidou para uma das cabines, tentando iniciar um ato sexual. O choque, o medo e a vulnerabilidade me paralisaram. Me senti exposta, fragilizada e totalmente desamparada. Corri dali o mais rápido que pude.

Recorrendo às reflexões de Preciado (2019), percebo que o banheiro, mais do que um espaço privado destinado às necessidades fisiológicas, configura-se como uma tecnologia de gênero altamente sutil e, ao mesmo tempo, incrivelmente eficaz. Ele se torna um campo simbólico de controle e imposição das normatividades do sistema sexo/gênero, onde as identidades trans-travestis são questionadas, desumanizadas e continuamente sujeitas à vigilância. A experiência de transitar nesses espaços revela como os corpos e identidades de pessoas trans-travestis são, na verdade, regulados por normas e valores que impõem um controle de significados e de movimentos (Severo, 2023).

O banheiro, em minha trajetória, sempre se tornou uma arena de resistência cotidiana, onde o olhar binário determina “quem é considerado adequado a cada espaço”. Esse local, que deveria ser tão banal quanto essencial, é carregado de simbolismo que reforça o cissexismo binário, compulsório e inequívoco (Alves; Moreira; Jayme, 2021; Severo, 2023). As portas de um banheiro se tornam fronteiras ideológicas que dizem às trans-travestilidades quem “devem” ser para serem aceitos(as) ou, pelo menos, “tolerados(as)” naquele lugar.

3. Insurgências para subverter e recriar epistemologias

Certa vez, enquanto caminhava pelos corredores da faculdade de Psicologia, próximos ao restaurante do campus, um estudante do curso de Direito, acompanhado de amigos, gritou em tom de escárnio: “Isso é um viado ou um frango?”. Todos ao redor me olharam e riram. A violência cisgênera daquele momento atravessou meu corpo de forma brutal, mas não me calou. Em resposta, organizei, com o apoio de amigas, amigos, discentes e movimentos sociais, um protesto dentro da instituição. Esse ato levou à instauração, por parte da coordenação do curso e do reitor, de uma medida

disciplinar contra o estudante; no entanto, mesmo diante dessa ação, o sentimento de não pertencimento permaneceu, insistente, como uma tatuagem invisível.

Mais tarde, já cursando Ciências Sociais, percebi que situações como aquela não seriam isoladas. Rirem de mim, falarem sobre mim sem o meu consentimento ou tratarem minha existência como irrelevante tornou-se algo cotidiano. Em diversas ocasiões, na fila do restaurante universitário, fui obrigada a ouvir “colegas” que eu sequer conhecia discutirem, na minha frente, se “me comeriam ou não”. Minha individualidade era obliterada. Eu não era vista como uma pessoa, mas como um corpo público – disponível, comentado, examinado e, muitas vezes, descartável e consumível.

Outra experiência marcou visceralmente meu primeiro ano em Ciências Sociais. Um veterano do curso de Ciência Política me convidou para participar de um grupo de estudos sobre religiosidades. Fascinada pela oportunidade, aceitei. Estar na universidade era a maior conquista da minha vida – um sonho que, até então, parecia inatingível. No entanto, por repetidas vezes, ele insistiu que, antes da reunião com os(as) demais integrantes, eu deveria me encontrar com ele em particular, alegando um suposto protocolo. Na verdade, ele queria que tivéssemos relações sexuais, justificando com a alegação de “curiosidade” e o desejo de “experimentar como é fazer sexo com uma trans”. Naquele momento, o brilho da jovem caloura que sonhava em ser socióloga se apagou.

Essas vivências encontram eco nas palavras de Oliveira (2022, p. 32), que descreve o espaço universitário como um lugar de “[...] atravessamentos da navalha que deixam feridas abertas por longos períodos”. A autora nos alerta que essas feridas, frutos da violência simbólica e estrutural, se manifestam por meio de microagressões e exclusões sistemáticas – “palavras-navalhas” (pp. 2, 32) – que nos atravessam e insistem em permanecer, marcando corpos e subjetividades.

Ao refletir sobre essas cicatrizes, percebo que minha trajetória acadêmica é, também, uma luta constante contra uma lógica cisheteronormativa que invisibiliza nossas vozes e apaga nossas histórias. Kilomba (2019) argumenta que nossas narrativas não são apenas pessoais ou isoladas, mas histórias coletivas de dor e resistência. No caso da autora, são histórias de racismo; no meu, de transfobia, ou como nomeia Favero (2022), de violência cisgênera. Esses relatos revelam não somente as inadequações do academicismo dominante, mas sua incapacidade de lidar com as nossas experiências e discursos, que desafiam normas estabelecidas. Para Kilomba (2019, p. 58), tais histórias “[...] espelham as realidades históricas, políticas, sociais e

emocionais”, e deveriam, nos espaços acadêmicos, ser “[...] articuladas tanto teórica quanto metodologicamente”.

Deslocada pelas deliberações de Kilomba (2019, p. 58), reivindico, também, “[...] uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros”. Reitero a crítica da autora quando esta afirma que, ao alegarem neutralidade e objetividade, acadêmicos brancos – e aqui adiciono cisgêneros e heterossexuais – falham em reconhecer que seus discursos não são neutros nem universais, mas reflexos de posições dominantes e de poder.

A academia, ainda alicerçada em uma estrutura ciscolonial, frequentemente fala sobre pessoas trans-travestis, mas raramente permite que falem a partir de seus próprios corpos e vivências. Essa ciscolonialidade e cislenciamento exigem das sujeitas e sujeitos marginais uma reafirmação constante de sua existência, como se seus saberes e corpos(as) fossem insuficientes (BUENO; BENEDITO, 2024). Simakawa (2015) questiona: ao falarem sobre tais agências sociais, quem são os(as) destinatários(as)? Qual a intenção desse discurso? Para quem se escreve, afinal?

Minha trajetória me levou a reconhecer, como aponta Simakawa (2015), que produzir um trabalho acadêmico crítico sobre diversidades corporais e de identidades de gênero não significa somente narrar experiências pessoais. É, sobretudo, um ato político, que desafia epistemologias coloniais, reinscrevendo histórias marginalizadas no cerne da produção de conhecimento e que também envolve:

[...] refletir sobre como minha subjetividade enquanto pesquisadora trans se constituía como um requisito fundamental, particularmente em um contexto em que exclusões e marginalizações de pessoas trans* e gênero-diversas restringem as complexidades destas existências (SIMAKAWA, 2015, p. 22).

Nesse esforço decolonial, pensar sobre o lugar que ocupamos envolve a disposição de levar nosso corpo e nossas vivências à teorização, reconhecendo que a vida corporal não deve estar ausente desse processo (Butler, 1993; Simakawa, 2015). Daí surge a urgência de uma desobediência epistêmica, um movimento para romper com o silêncio imposto e reivindicar espaços de pluralidade, de pertencimento e de resistência.

Nesse contexto, a desobediência epistêmica abre caminho para o transe, o impulso ou o movimento necessário para refazer rotas, introduzindo

inflexões decoloniais que desconstroem, questionam e recriam os saberes estabelecidos. Adotar a desobediência epistêmica como fundamento significa traçar uma rota de conhecimento que enfrente, de forma estruturada, os temas sensíveis que atravessam sujeitas e sujeitos (Santos, 2018).

A opção decolonial incentiva a reinterpretação das condições vividas por corpos e corpos cicatrizados(as) pela categoria de “minoria”, ou seja, aqueles(as) que são subjugados(as) e/ou marginalizados(as). Tal reinterpretação ocorre por meio de práticas sociais direcionadas, resistências políticas e uma reorientação das políticas existentes (Freitas; Nóbrega, 2023). Portanto, é fundamental engajar-se em uma reflexão crítica, exercer desobediência e manifestar indignação frente a categoria de “minoria” para fomentar mudanças significativas nas estruturas sociais e discursos dominantes.

A “minoria”, originada pelo projeto hegemônico europeu, foi concebida para empreender e reproduzir uma lógica binária de subalternização, que envolve a relação entre o “eu” e o “outro”, bem como entre o “nós” e o “outro”, transcendendo uma mera compreensão da alteridade. Assim, o “nós”, percebido como superior e civilizado, é estabelecido em contraposição aos “outros” ou “eles”, considerados inferiores ou menos desenvolvidos (Magalhães; Álvares, 2017; Freitas; Nóbrega, 2023). Nesse caso:

O “nós” referem-se, preferencialmente, a uma categoria racializada de pessoas (brancas), do sexo masculino, proprietários e/ou comerciantes, inclusive, de escravos, para quem o direito organizava as bases de suas relações políticas, civis, econômicas e culturais de modo a expandi-las e protegê-las, chegando à contemporaneidade devidamente regulamentado e efetivado, sem causar maiores questionamentos. Enquanto “eles” não eram necessariamente definidos em termos biológicos, mas como uma circunstância, uma coisa, uma significação, um conceito, uma teoria que reforça a ideia do outro inferior, bárbaro, não instruído, rude, incapaz de desenvolver o seu intelecto e, portanto, de construir um projeto civilizatório (Freitas; Nóbrega, 2023, p. 1746).

Diante dessa reflexão, retorno a um momento em que, com o intuito de abrir espaços de discussão e promover inclusão, participei da fundação do Coletivo de Estudantes de Psicologia do Estado de Pernambuco, uma iniciativa apoiada pelo Conselho Regional de Psicologia daquele estado (CRP 02). A intenção era criar um ambiente onde estudantes pudessem se engajar com as realidades da psicologia de forma crítica. Nesse cenário, me envolvi com o movimento “Despatologiza”, apoiado pelo CRP 02 e idealizado pelas professoras da Unicamp, Maria Aparecida Moysés e Cecília Collares, que

lutavam contra a patologização e medicalização de diferenças individuais e sociais.

Em um seminário intitulado “Construindo Vidas Despatologizadas”, no qual as idealizadoras do “Despatologiza” eram as palestrantes principais, vivenciei mais um episódio de violência cisgênera. Como monitora e organizadora, precisei solicitar pilhas para o microfone ao almoxarifado da faculdade que sediou o evento. Quando o funcionário chegou e eu me identifiquei, ele iniciou uma explosão de gritos, recusando-se a falar comigo. O tumulto foi tamanho que o evento foi temporariamente suspenso e as palestrantes precisaram se dirigir à cena.

Imóvel, apenas consegui questioná-lo, tentando entender o motivo daquela reação: “Por que você está me tratando assim, senhor?” A situação escalou e outras psicólogas se uniram em minha defesa, discutindo com o funcionário. Meu corpo sofreu uma tentativa de expulsão, relegado à margem, mesmo em um evento que eu havia ajudado a construir.

Diante disso, o CRP iniciou uma série de palestras voltadas para questões trans-travestis e convidou as principais pesquisadoras do campo da psicologia no estado para comporem as mesas de discussão, dentre elas, eu, na condição de pessoa trans-travesti palestrante e discente da psicologia. Posteriormente, o Conselho Presidente do CRP, reconhecendo a necessidade de consolidar o debate das trans-travestilidades após presenciar a violência cisgênera que me acometeu, me contatou pessoalmente para participar da fundação do Grupo de Trabalho (GT) de Gênero e Sexualidade, que mais tarde evoluiu para a Comissão Temática de Gênero e Sexualidade.

Esses encontros ofereciam espaços de articulação e acolhimento, embora a violência cisgênera que sofri, somada a um doloroso processo de abandono familiar, tenha impactado profundamente minha saúde mental na época. Em meio a essa solidão esmagadora, acabei entrando em um processo de adoecimento grave e, em 2015, precisei abandonar o curso de Psicologia próximo à conclusão.

Há, aqui, um lugar para reconhecer que a evasão de pessoas trans da universidade é impulsionada por uma série de fatores estruturais, dentre eles, o preconceito institucional, a falta de apoio familiar e as barreiras no mercado de trabalho. Frequentemente, as instituições de ensino não possuem políticas preparadas para acolher identidades que desafiam as normas cis-heteronormativas, gerando ambientes hostis nos quais a transfobia é perpetuada de maneira direta ou indireta (Viana *et al.*, 2022).

Retomei os estudos apenas em 2021 e me formei psicóloga no ano seguinte, em 2022, após quase uma década desde o meu ingresso na graduação. Concluí minha formação na mesma instituição em que realizei

meu mestrado, agora no estado de São Paulo, simbolizando um novo capítulo e um recomeço tanto na trajetória acadêmica quanto na minha vida pessoal.

4. Barracos, circuitos e saberes trans

Apresento este tópico como uma forma de direcionar a discussão para as reflexões finais do estudo, organizando o debate e me alinhando ao que Kilomba (2019) define como “discursos marginais”. Nesse sentido, com base na proposta da autora, considero relevante refletir ao incluir o trecho autobiográfico, pois falar de minha posição marginal “evoca dor, decepção e raiva”, como ela mesma afirma (Kilomba, 2019, p. 57).

Em 2016, após um período de recuperação dos traumas e das dificuldades psicológicas geradas pela violência cisgênera vivenciada anteriormente, decidi dar um novo horizonte à minha vida acadêmica e ingressei em uma universidade pública federal para cursar a graduação em Ciências Sociais. Diferentemente da experiência anterior, encontrei inúmeras formas de suporte, como o apoio psicológico e o amparo financeiro oferecido pela assistência estudantil para estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Na universidade, busquei também fortalecer minha atuação em outras frentes e participei da fundação de uma Diretoria de Assuntos LGBT, a primeira iniciativa desse caráter em uma universidade pública no Brasil, responsável por gerenciar a política LGBTQIA+ da instituição. Em 2019, com a troca de reitores, a universidade criou um comitê abrangente de ações afirmativas, coordenando núcleos de diversidade para a comunidade LGBTQIA+, questões étnico-raciais e acessibilidade para pessoas com deficiência. Assim, a diretoria evoluiu para o Núcleo de Políticas LGBTQIA+, incorporado ao comitê com um escopo ainda mais amplo.

○ que avalio como a maior violência cisgênera que enfrentei na academia aconteceu em 2018, durante as eleições presidenciais. Com a ascensão de eleitores e ativistas do então candidato Jair Bolsonaro, discentes simpatizantes e apoiadores do movimento passaram a perseguir pessoas trans-travestis na universidade. Houve momentos em que o simples ato de ir ao banheiro se tornava uma tarefa perigosa, e o amparo de amigas cisgêneras para garantir minha segurança era necessário.

○ episódio mais impactante ocorreu quando recebemos uma carta anônima enviada às coordenações de curso e aos diretórios acadêmicos, intitulada “Doutrinadores que serão banidos em 2019”. A carta listava docentes que trabalhavam com estudos de gênero, sexualidade e desigualdade social, além de discentes ativamente envolvidos(as) nesses temas, incluindo

orientandos(as) dos(as) professores(as) mencionados(as). No trecho que mencionava meu nome, havia palavras como “o traveco”, “comunista”, “feminazi” e “disseminador da ideologia de gênero”. A carta prometia que eu seria expulsa da academia no ano seguinte.

○ ambiente acadêmico foi tomado pelo medo e pelo pânico, desencadeando reuniões de emergência com as pessoas envolvidas. Docentes choravam, estudantes expressavam sua indignação e a Polícia Federal foi acionada para investigar o caso; além disso, houve recomendação para que as pessoas citadas na carta, por segurança, se ausentassem temporariamente da universidade. Embora a situação tenha sido momentaneamente contornada, a questão foi esquecida com o tempo e nenhuma conclusão pública foi dada quanto à investigação.

No ano seguinte, ao iniciar meus estágios supervisionados obrigatórios em Ciências Sociais, que consistiam em ministrar aulas de Sociologia para o Ensino Médio como requisito para a conclusão do curso, a docente responsável, demonstrando preocupação, sugeriu que eu realizasse as atividades curriculares no Colégio de Aplicação, localizado dentro da universidade e vinculado ao Centro de Educação, que abrigava todas as licenciaturas. Ela temia que eu pudesse enfrentar violências cisgêneras em outras escolas, onde estaria fora de sua supervisão direta.

Mesmo assim, as proteções institucionais foram insuficientes. Após ministrar uma aula sobre gênero e diversidade sexual para o terceiro ano do ensino médio, o pai de um estudante foi à coordenação exigir que não houvesse “estagiário trans” na sala de aula de seu filho. A escola defendeu seu Projeto Político-Pedagógico e manteve seu apoio a mim, mas o episódio deixou um gosto amargo.

Ao refletirmos sobre esses dois trechos autobiográficos, retorno a Kilomba (2019) que, em “Memórias da Plantação”, aborda como a dor, a decepção e a raiva se transformam em lembretes constantes de que existem espaços nos quais mal podemos entrar e onde não nos é permitido permanecer. A autora ressalta que essas realidades precisam ser trazidas à luz, narradas e teorizadas, pois falar sobre essas vivências é essencial para desvelar as estruturas de exclusão que tentam silenciar presenças e histórias de determinados grupos.

Romper com os saberes historicamente criados sobre pessoas trans-travestis, que tantas vezes são representadas de forma jocosa, desumanizada e patologizante, significa, todavia, resgatar suas humanidades. Nos estudos transfeministas, entretanto, encontro um deslocamento importante: aqui, os corpos trans-travestis deixam de ser vistos(as) apenas como “transtornados(as)”, “desviados(as)” e “sem lugar”, e passam a ser

reconhecidos(as) como corpos que falam, reivindicam e resistem (Bento, 2017, p. 66).

Adotar o transfeminismo como *locus* de investigação acadêmica sobre a comunidade transgênera é, em si, um ato de desobediência epistêmica. Esse ato representa um afastamento das dicotomias tradicionais do pensamento hegemônico, como sujeito/objeto e homem/natureza, e um questionamento sobre quem realmente possui o direito de produzir conhecimento válido e ocupar o espaço acadêmico (Santos, 2018; Nascimento, 2021).

Ao explorarmos o circuito transfeminista, enxergamos, inserida no movimento feminista, uma nova onda que surgiu da necessidade. No Brasil, o transfeminismo emerge com um tom de urgência, marcado pela busca por autonomia transgênera. Ele nasce da frustração diante de séculos de exclusão e do desejo por visibilidade e inclusão, sendo impulsionado pela carência de emancipação dentro de uma estrutura social que, historicamente, relegou pessoas trans e travestis à invisibilidade (Kaas, 2015). Ademais, o transfeminismo brasileiro se estabelece como uma resposta ao autoritarismo científico, promovendo a desconstrução dos modelos binários de gênero e, sobretudo, advogando pelo empoderamento e pela agência das pessoas trans-travestis. Sua luta está centrada no combate à violência cisgênera/cissexista/transfóbica (Kaas, 2012; Pfeil, 2024).

A base do pensamento transfeminista brasileiro está em autoras de língua inglesa, como Julia Serano, Emi Koyama, Sandy Stone, Kate Bornstein, Susan Stryker, Cristan Williams e Sophie Labelle (Bagagli, 2013). Entre 2011 e 2012, um grupo de intelectuais transfeministas do Brasil – Hailey Kaas, Beatriz Pagliarini Bagagli, Viviane Vergueiro Simakawa, Nicholas Athayde-Rizzaro e Luc Athayde-Rizzaro – deu início a uma página e grupo no Facebook intitulado “Transfeminismo”. Esse mesmo grupo foi responsável pela criação do influente blog “Transfeminismo.com” (Bagagli, 2013, 2018).

Essa iniciativa representou um marco no movimento transfeminista brasileiro, pois ofereceu uma plataforma para que suas vozes pudessem, finalmente, ser ouvidas e articuladas de forma autônoma. Com o intuito de desfazer equívocos e esclarecer temas fundamentais, abordavam-se ali as diferenças entre travestis e outras identidades trans, além de categorias como “transgênero” e “transfobia”, e o papel dessas nomenclaturas dentro da retórica feminista. Havia debates cruciais sobre sexualidade e sobre as opressões transfóbicas e cissexistas que atingem tais grupos, muitas vezes tratados pela primeira vez em uma plataforma pública (Bagagli, 2013; Vieira; Bagagli, 2018).

Exploravam-se ainda temas cotidianos que afetam diretamente vivências trans-travestis, como os desafios no mercado de trabalho, a questão da prostituição e a luta por direitos trabalhistas. Os assuntos discutidos incluíam subjetividades, o papel das famílias, o direito à autonomia corporal e a urgente necessidade de despatologizar as trans identidades, especialmente em um contexto em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) ainda as patologizava, tomando-as como transtornadas ou acometidas por condições de saúde mental comprometida. Esses debates ganharam um espaço essencial, no qual falava-se de saúde e interseccionalidade com um nível de complexidade que raramente via-se em outros lugares (Bagagli, 2013, 2018).

Ao refletir sobre o meio acadêmico, reconheço a importância das(os) intelectuais trans-travestis brasileiras(os), que têm lutado para inserir o transfeminismo nesse espaço. Nomes como Amanda Palha, Beatriz Pagliarini Bagagli, Bruno Latini Pfeil, Brume Dezembro Iazzetti, Caia Coelho, Cello Latini Pfeil, Hailey Kaas, Jaqueline Gomes de Jesus, Maria Clara Araújo dos Passos, Sofia Favero e Viviane Vergueiro Simakawa, além de outras(os), foram e são fundamentais na inserção do transfeminismo no meio acadêmico.

Suas publicações refletem a diversidade e a profundidade de vivências trans-travestis e alcançam um impacto que transcende as fronteiras nacionais. Ademais, obras de autoras como Jaqueline Gomes de Jesus (2014), Helena Vieira (2018) e Leticia Nascimento (2021) vêm ganhando espaço no meio literário, consolidando a importância e a expansão da epistemologia transfeminista.

Isto posto, Bagagli (2013; 2018) argumenta que o pensamento transfeminista sublinha a urgência de adotar posições que incluam agências trans-travestis, respeitando as diversas identidades que foram historicamente silenciadas dentro das teorias e estudos de gênero. Para fundamentar seu argumento, a intelectual tece críticas à teoria *queer* e às diversas ondas do feminismo. A autora discorre que:

Nesta empreitada teórica, novos sentidos sobre homens e mulheres emergem e são tensionados, de forma com que a cisgeneridade surja como conceito analítico, tornando possível a crítica ao sistema político baseado na cisnormatividade ou cisgeneridade compulsória. A cisgeneridade é compreendida através do conceito de cisgênero, que vêm sendo igualmente utilizado nestes discursos transfeministas como forma de designar o antônimo de transgênero. Embora o uso destes termos tenha se tornado cada vez mais comum nestes discursos transfeministas, que circulam majoritariamente nos espaços virtuais de blogs militantes, ainda são escassos estudos acadêmicos que tratem ou utilizem de tais conceitos (Bagagli, 2013, p. 13).

Explorar e comprometer-se com os objetivos do transfeminismo exige o reconhecimento dos pontos de intersecção em que o feminismo aborda, efetivamente, as experiências trans-travestis. Portanto, ao nos posicionarmos nesses debates e disputas, que moldam as sujeitas e sujeitos políticos e históricos, percebemos que é no espaço de resistência do feminismo trans-travesti que encontramos as ferramentas que nos levam a refletir sobre as ausências e lacunas na abordagem das questões da comunidade transgênera (Vieira; Bagagli, 2018; Favero, 2022).

No transfeminismo, vemos uma afirmação poderosa: a de que tais vidas são dignas de serem vividas, uma verdade que parece óbvia, mas que, para muitos(as), ainda precisa ser defendida (Vieira; Bagagli, 2018). A partir dessas reflexões, é possível afirmar que, assim como a transgeneridade é socialmente construída, a cisgeneridade também o é. No caso da cisgeneridade, não se trata apenas da identidade de pessoas designadas ao nascimento que seguem compreendendo-se dentro desse marcador de gênero ao longo da vida, mas, como discutido nesta autoetnografia, também de uma “denúncia da naturalização de um corpo idealizado” (Pfeil, 2024, p. 143).

A cisgeneridade é estrutural e institucional, fundamentada na binaridade, na permanência e na pré-discursividade. Esse regime de gênero opera sob a pretensão de ser fixo, recusando-se a abrir espaço para a possibilidade de mudança. Nomear essa estrutura é o ponto de partida para sua desnaturalização e um enfrentamento à sua autoridade, seja institucional, seja patologizadora — ou ambas, operando de forma complementar em relação às trans-travestilidades. Essa autoridade institucional da cisgeneridade é, assim, definida como uma imposição que naturaliza normatividades corporais e de gênero, conferindo-lhes um status de universalidade e legitimidade (Vergueiro, 2015; Pfeil, 2024).

Logo, a cisgeneridade transcende a esfera pessoal, configurando-se também como uma construção/identidade política. Concordo com Mignolo (2008) quando este aponta que ela se estabelece com características políticas fundamentais: branca, heterossexual e masculina, entretanto, essa “[...] política identitária dominante não se manifesta como tal, mas através de categorias universais abstratas como ciência, filosofia, Cristianismo, liberalismo, Marxismo e assim por diante” (Mignolo, 2008, p. 289). Essa aparente neutralidade reforça seu poder, mascarando-a como algo natural e inquestionável.

É nesse ponto que o transfeminismo emerge como uma contestação crítica à cisgeneridade. Pfeil (2024, p. 148) destaca que “[...] essa cisgeneridade institucional nos serve como um espelho invertido”, no qual seus aspectos

estruturais e institucionais depositam nos corpos desviantes aquilo que ela reprime em si mesma. Trata-se, portanto, de uma “transformação do outro em Outro” (Pfeil, 2024, p. 148), um processo que marginaliza e exotifica as subjetividades trans-travestis.

O transfeminismo, enquanto movimento social e acadêmico, não se restringe a uma estrutura fixa e fechada: ele é um chamado à autodeterminação, à autodefinição e à autoidentidade, ao mesmo tempo em que reivindica a liberdade de orientação sexual e de expressão de gênero. Em suma, é um movimento plural que recusa essencialismos e acolhe a multiplicidade das experiências humanas (Jesus, 2014; Pfeil, 2024).

Para encerrar esta discussão, recorro à psicóloga, travesti e pesquisadora brasileira Bueno, em parceria com o pesquisador transmasculino Benedito. No trabalho intitulado “Bicha, a senhora é destruidora mesmo”: um pouco de raiva, desesperança e sujeira pra contaminar as suas mentes (Bueno; Benedito, 2024), os(as) autores(as) destacam o desespero de serem vistos(as) de forma pejorativa. Contudo, argumentam que o respeito às trans-travestilidades raramente é concedido de forma espontânea; ele surge, em grande parte, como resultado do grito, da raiva, da imposição pela lei, do “barraco” e da produção acadêmica.

Somos obrigades a nos impor, pois do contrário merecemos o esquecimento e o abandono. Quando olhamos para raiva, pro barraco, pro desespero, podemos entender quais mundos aqueles sentimentos desejam construir ou destruir. Até podemos não gostar, mas somos capazes de entender e, muitas vezes, a partir de então, criar laços de identificação para que o desespero do outro possa me afetar e criar a sua rebelião no mundo (Bueno; Benedito, 2024, p. 34).

Dessa forma, esta escrita-acadêmica-denúncia reitera que o mundo deve ser encarado com a desesperança que merece, recusando-se a romantizá-lo. Somente assim será possível “destruir aquilo que não nos deixa existir” (Bueno; Benedito, 2024, p. 34). Ao olharmos criticamente para as estruturas que sustentam a opressão, podemos compreender a potência da desesperança e da raiva como motores para a transformação social.

Concluo, então, com as palavras desses(as) intelectuais trans-travestis, que nos convocam a repensar o futuro com radicalidade: “Uma desesperança para o capitalismo colonial, para suas violências. Olhar para o futuro e vislumbrar ideias para adiar o fim do mundo que não estejam querendo a manutenção do capitalismo colonial” (Bueno; Benedito, 2024, p. 34).

5. Considerações finais

A seleção e análise dos registros autoetnográficos para este estudo configuraram-se como um processo desafiador e emocionalmente denso. Revisitar essas vivências e examiná-las à luz das interconexões com o contexto cultural ao qual pertencço não apenas reabriu memórias dolorosas, mas fortaleceu minha convicção de que a autoetnografia se constitui no método mais adequado para narrar, interpretar e questionar experiências pessoais enquanto pontes para reflexões sociais. Nesse sentido, a proposta de uma desobediência epistêmica apresentada neste trabalho reivindica um espaço plural, insurgente e disruptivo, que confronta as normatividades estabelecidas e promove as múltiplas formas de existência, desafiando as estruturas acadêmicas excludentes e colonialistas.

Ademais, é fundamental enfatizar que o transfeminismo, enquanto campo teórico, epistemológico e prático, não opera a partir de uma configuração fixa ou estreita. Ele se apresenta como um convite à autodeterminação, à autodefinição e à ressignificação da identidade, ao mesmo tempo em que luta pela liberdade de orientação sexual e de expressão de gênero. Trata-se, portanto, de um movimento plural e interseccional, que recusa essencialismos e celebra a complexidade e diversidade das experiências humanas.

Por fim, a análise das vivências pessoais, conectadas a contextos socioculturais mais amplos, reafirma a relevância de epistemologias transfeministas e decoloniais na produção de conhecimento. Essas perspectivas ampliam as possibilidades de compreensão e transformação das dinâmicas de poder que permeiam as relações sociais, promovendo narrativas que priorizam o respeito à diversidade e à singularidade de cada existência.

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, C. E. R.; MOREIRA, M. I. C.; JAYME, J. G. “O binarismo de gênero nas placas de banheiros em espaços públicos”. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 33, e228122, 2021. DOI: 10.1590/1807-0310/2021v33228122. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/NLxLfBppzTV8By7bzGNnqYy/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2024.

BAGAGLI, B. P. “Máquinas discursivas, ciborgues e transfeminismo”. **Revista Gênero**, Niterói, v. 14, n. 1, pp. 11-24, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31062>>. Acesso em: 14 de novembro de 2024.

BELLO, H. *et al.* “Comportamento alimentar, satisfação corporal e percepção da qualidade de vida na população transgênera brasileira”. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S. l.], v. 6, n. 19, pp. 140-168, 2023. DOI: 10.31560/2595-3206.2023.19.14943. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/14943>>. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

BENTO, Berenice. **Transviad@S**: Gênero, sexualidade e direitos humanos. EDUFBA, 2017.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BUENO, J.; BENEDITO, P. “‘Bicha a senhora é destruidora mesmo’: um pouco de raiva, desesperança e sujeira pra contaminar as suas mentes”. **Revista Anômalas**, Catalão, v. 4, n. 1, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/ra/article/view/74732>>. Acesso em: 14 de novembro de 2024.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Tradução de Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. 192 p.

CABRAL, R. É. G. **Amante Erótica**. Memorial da Resistência de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/wp-content/uploads/2021/10/amanteerotica_raissa.pdf>. Acesso em: 14 de novembro de 2024.

CARVALHO, Renata. “O corpo transvestigênera – o corpo travesti – na arte”. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, pp. 213-216, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/41816>>. Acesso em: 19 de dezembro de 2024.

CARVALHO, Renata; IAZZETTI, Brume Dezembro; MASCARENHAS, Ruby. “Precisamos trapacear a língua’: entrevista com Renata Carvalho”. **Revista Anômalas**, v. 4, n. 1, pp. 1-15, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/ra/article/view/74844>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

CAVALCANTI, Céu; SANDER, Vanessa. “Contágios, fronteiras e encontros: articulando analíticas da cisgneridade por entre tramas etnográficas em investigações sobre prisão”. **Cadernos Pagu**, n. 55, e19550007, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/gN4ZdVsJwfnYkxyc7VQhtjj/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

ELLIS, C; ADAMS, T. E.; BOCHNER, A. P. “Autoethnography: an overview”. **Forum Qualitative Social Research**, v. 12, n. 1, art. 10, jan. 2011. Disponível em: <<https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1589/3096>>. Acesso em: 30 de junho de 2024.

FAVERO, S. **Psicologia suja**. Simões Filho: Editora Devires, 2022.

FREITAS, R. C.; NÓBREGA, L. N. “Indignação epistêmica e decolonização do conceito de minorias / Epistemic indignation and decolonization of the concept of minorities”. **Revista Direito e Práxis**, v. 14, n. 3, pp. 1742-1770, 2023. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/62119>>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

GRIMM, Raíssa Éris. **A violência cisgênera e suas hierarquias**. Centro de Pesquisa Transfeminista, 24 jun. 2016. Disponível em: <<https://transfeminismo.org/a-violencia-cisgenera-e-suas-hierarquias/>>. Acesso em: 15 de novembro de 2024.

IAZZETTI, Brume Dezembro. **Existe ‘universidade’ em pajubá?:** transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans*. 2021. 311 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1166020>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

_____. “‘Outros’ saberes e ‘outros’ destinos?: potências e perigos nas trajetórias de estudantes trans* em universidades públicas”. **Encontro Anual da ANPOCS**, 45., 2021. Disponível em: <https://www.academia.edu/59091830/_Outros_saberes_e_outros_destinos_Pot%C3%AAncias_e_perigos_nas_trajet%C3%B3rias_de_estudantes_trans_em_universidades_p%C3%BAblicas>. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

_____; MASCARENHAS, R. Do “Cisminário Queer” ao ‘Caso Miskolci’: traçando controvérsias. **Revista Anômalas**, v. 4, n. 1, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/ra/article/view/74846>>. Acesso em: 13 de novembro de 2024.

JESUS, J. G. “Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo”. **Universas Humanística**, Bogotá, n. 78, pp. 241-258, 2014.

KAAS, H. “Introdução ao transfeminismo”. **Blog Cidadania em Pauta: Questões de Gênero**, 2012. Disponível em: <<https://reconvexoegenero.blogspot.com/2014/08/o-que-e-transfeminismo.html>>. Acesso em: 01 de janeiro de 2024.

_____. **O que é transfeminismo? Uma breve introdução**. 2 versão. 2015. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8358248/mod_resource/content/0/O-que-%C3%A9-Transfeminismo.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MAIA, S.; BATISTA, J. S. “Reflexões sobre a autoetnografia”. **Revista Prelúdios**, [S. l.], v. 9, n. 10, pp. 240-246, 2022. DOI: 10.9771/revpre.v10i10.37669. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistapreludios/article/view/37669>>. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

MÉNDEZ, M. G. “Autoethnography as a research method: advantages, limitations and criticisms”. **Colombian Applied Linguistics Journal**, v. 15, n. 2, pp. 279-287, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/260778406_Autoethnography_as_a_research_method_Advantages_limitations_and_criticisms>. Acesso em: 9 de novembro de 2024.

MIGNOLO, W. D. “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política”. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, pp. 287-324, 2008. Disponível em: <https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf>. Acesso em: 15 de novembro de 2024.

NASCIMENTO, L. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, G. S. **Este barulho te incomoda?! Potência política de travestis negras frente à violação de direitos e as múltiplas violências: aceita que dói menos!.** 2022. 166 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social) – Instituto de Psicologia Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36091#:~:text=Gilmara%20Silva%20de%20ESTE%20BARULHO%20TE%20INCOMODA%3F!,2022>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.

PFEIL, C. L. “Sobre um transfeminismo libertário”. **Revista Anômalas**, v. 4, n. 1, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/ra/article/view/74699>>. Acesso em: 15 de novembro de 2024.

PFEIL, B. L.; PFEIL, C. L. “A cisgeneridade em negação: apresentando o conceito de ofensa da nomeação”. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, v. 3, n. 9, pp. 143-148, 2021. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/11170/7071>>. Acesso em: 15 de novembro de 2024.

_____. **À emancipação dos corpos trans**: conceituando trans-anarquismo. Biblioteca Anarquista Lusófona, 14 out. 2023. Disponível em: <<https://bibliotecaanarquista.org/library/bruno-latini-pfeil-cello-latini-pfeil-a-emancipacao-dos-corpos-trans>>. Acesso em: 9 de novembro de 2024.

----- “O pacto cisgênero da recusa: da negação de si à nomeação do outro”. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13, 2024, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: [s.n.], 2024b. Disponível em: <https://www.academia.edu/123719648/Do_pacto_cisg%C3%AAnero_da_recusa_da_nega%C3%A7%C3%A3o_de_si_%C3%A0_nomea%C3%A7%C3%A3o_do_Outro>. Acesso em: 08 de novembro de 2024.

----- “Sobre o pacto narcísico da cisgeneridade e a ofensa de se desnaturalizar a diferença”. In: CIÊNCIA E ARTE DO ENCONTRO: O RIO DE BRAÇOS ABERTOS, 2024, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Realize Editora, 2024a. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/380786366_Sobre_o_pacto_narcisico_da_cisgeneridade_e_a_ofensa_de_se_desnaturalizar_a_diferenca>. Acesso em: 14 de novembro de 2024.

PRECIADO, P. B. “Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino”. **Performatus**, v. 7, n. 20, 2019. Disponível em: <<https://performatus.com.br/traducoes/lixo-e-genero/>>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

SANTOS, C. M.; FRANÇA, F. G. “Memórias de caserna: uma autoetnografia sobre relações de gênero na Polícia Militar da Paraíba”. **Gênero**, Niterói, v. 23, n. 2, pp. 6-30, 1. sem. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/51269/36768>>. Acesso em: 08 de novembro de 2024.

SANTOS, V. M. “Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência”. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/FZ3rGJJ7FX6mVvMHkD3PsnK/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 09 de novembro de 2024.

SEVERO, T. “In/visibilidades de gênero, pessoas trans e banheiros públicos”. **Eikon**, n. 13, 2023. Disponível em: <<https://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/eikon/article/view/1291>>. Acesso em: 08 de novembro de 2024.

SIMAKAWA, V. V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/123456789/78932>>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

THIESEN, J. Silva. “A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, pp. 545-554, set./dez. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/swDcnzst9SVpJvpx6tGYmFr/>>. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

VIANA, C. P. *et al.* “A vivência de estudantes transgênero na universidade”. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 35, eAPE01966, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/tqwsFwjhL93ZprfS3cbrzZb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

VIEIRA, H.; BAGAGLI, B. P. “O transfeminismo como resultado histórico das trajetórias feministas”. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. pp. 351-378.

Recebido em dezembro de 2024.

Aprovado em janeiro de 2025.